

O PODER DE ACESSO À CIDADE

Francyne da Silva Ellena Coimbra
Joana Lopes
Tayani Cristina Fidellis Ribeiro
Sarah Munck Vieira
Lisleandra Machado

*INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – IF
SUDESTE MG – CAMPUS SANTOS DUMONT, coimbrafrancyne@gmail.com, tayanifidellis@gmail.com,
joana.lopes@gmail.com, sarah.vieira@ifsudestemg.edu.br, lisleandra.machado@ifsudestemg.edu.br.*

Introdução: Mobilidade Urbana são as políticas de transporte e circulação que visam à melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no espaço urbano através da priorização dos modos de transporte coletivo e não motorizados de maneira efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente. Para ter acesso a todas as atividades que a cidade oferece é preciso haver mobilidade urbana. Os deslocamentos são fundamentais para que as pessoas exerçam plenamente o direito ao trabalho, lazer e educação. **Metodologia:** O presente artigo foi realizado por meio da pesquisa em variadas fontes, tais como livros, revistas e meios eletrônicos. **Resultados e discussão:** Acessibilidade são as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade. A necessidade de ir e vir são contínuos, por isso, é necessário garantir que as pessoas cheguem ao local desejado sem restrições, independente do sistema de transporte usado. É fundamental que os diversos modos de transporte que integram a rede sejam acessíveis. Para que isso aconteça, cada um dos meios de transporte deve atender às condições de segurança, autonomia e conforto. Se o meio de locomoção não atender as três condições, ele não é acessível. Partindo dos princípios fundamentais da Lei Nacional de Mobilidade Urbana, que tem o objetivo fazer a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município, os governantes devem priorizar e estimular o uso do transporte coletivo e não apenas o daquele não motorizado. Assim, os problemas relacionados ao transporte devem ser solucionados com ações imediatas e é na instância municipal que a lei deve ser aplicada. Deve-se



atender que o conceito de acessibilidade não está limitado apenas às pessoas que apresentam algum tipo de dificuldade de movimento, e sim, aquelas pessoas que não possuem acesso ou apresentam restrições às infraestruturas urbanas do sistema viário e do transporte público. Sabe-se que quem se mobiliza pelo sistema viário encontra muitas dificuldades. Entre elas é possível citar: ausência de estrutura para pedestres; calçadas com condições precárias; vias em péssimas condições de operação; falta de segurança para os deslocamentos a pé ou por bicicleta; aumento de risco de acidentes de trânsito. Por outro lado, quem usa o transporte público também encontra objeções, tais como: linhas deficientes; tarifas elevadas e veículos velhos. A melhoria da mobilidade urbana deve passar pela ampliação e melhora dos diversos tipos de transporte. Segundo o Plano de Mobilidade Urbana – PLANMOB (BRASIL, 2007, a): “A mobilidade urbana para a construção de cidades sustentáveis será então de políticas que proporcionem o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizem os modos coletivos e não motorizados de transporte, eliminem ou reduzam a segregação especial, e contribuam para a inclusão social favorecendo a sustentabilidade ambiental”. Uma das maneiras de melhorar a mobilidade urbana é instalando ciclovias que encorajem o ciclismo como um meio de transporte, fato que é essencial para melhorar o trânsito da cidade e diminuir o consumo de combustível para o transporte urbano. Além disso, elas demonstram que os ciclistas devem se adaptar às formas de trânsito apropriadas, integrando-se adequadamente aos espaços coletivos. Avançar na qualidade e na eficiência dos transportes públicos urbanos é investir na qualidade de vida da população. Os governadores precisam garantir os investimentos federais, estaduais e municipais na infraestrutura destinada aos transportes públicos coletivos. “Pensar a mobilidade urbana é, portanto, pensar sobre como organizar os usos e a ocupação da cidade e a melhor forma de garantir o acesso das pessoas e bens ao que a cidade oferece, e não apenas pensar os meios de transporte e trânsito” (SANTO E VAZ, 2005).

Conclusões: Por meio da análise e discussão dos resultados, a melhoria da mobilidade urbana deve ser imediata. Algumas das soluções encontradas são as implantações de ciclovias e corredores de ônibus. Ademais, faz necessário colocar em prática o Plano de Mobilidade Urbana.

Palavras-chaves: Mobilidade Urbana, Proposta de Melhorias nas vias, Pedestres.

Referências

_____. 2000. **Acessibilidade e Mobilidade na Estimativa de um Índice de Potencial de Viagens utilizando Redes Neurais Artificiais e Sistemas de Informação.** Tese, Doutorado em





Engenharia Civil – Transportes pela Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos.

BRASIL. Ministério das Cidades. 2007. **Caderno PlanMob: para orientação aos órgãos gestores municipais na elaboração dos Planos Diretores de Mobilidade Urbana.** Brasília. (a).

